

MF-SUSEP-SUPERINT.DE SEGUROS PRIVADOS/RJ

Estudo Técnico Preliminar 3/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 15414.602753/2026-15

2. Introdução

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP tem por finalidade analisar a viabilidade, a necessidade e a adequação da contratação de serviços de organização e apoio a eventos, no âmbito da Superintendência de Seguros Privados – Susep, em conformidade com o disposto no art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2.2. Este estudo busca subsidiar a tomada de decisão administrativa, demonstrando o interesse público envolvido, a necessidade da contratação, as alternativas disponíveis no mercado e a solução mais adequada para atendimento das demandas institucionais da Autarquia, observados os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, proporcionalidade e continuidade do serviço público.

2.3. A elaboração do ETP considera o contexto atual de atuação institucional da Susep, marcado pela ampliação e intensificação da realização de eventos institucionais, reuniões técnicas, capacitações e atividades de natureza representativa, especialmente em razão da mudança da sede administrativa para Brasília, bem como do esgotamento dos quantitativos previstos na Ata de Registro de Preços atualmente vigente.

2.4. Dessa forma, o presente documento apresenta as informações necessárias para demonstrar a pertinência da contratação pretendida, servindo como instrumento técnico de planejamento e fundamento para as etapas subsequentes do processo de contratação.

3. Normativos

3.1. A contratação pretendida está amparada e deverá observar os dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis às contratações públicas no âmbito da Administração Pública Federal, em especial:

3.2. A **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que institui a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a qual estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, incluindo a obrigatoriedade de elaboração do Estudo Técnico Preliminar como instrumento de planejamento da contratação, nos termos de seu art. 18.

3.3. O **Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019**, no que couber, que regulamenta a modalidade de pregão, especialmente na forma eletrônica, aplicável às contratações de serviços comuns, observado o enquadramento da solução a ser adotada.

3.4. O **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013**, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, quando utilizada essa forma de contratação, especialmente no que se refere ao planejamento, à definição de quantitativos e à gestão das atas de registro de preços.

3.5. A **Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021**, ou outra que venha a substituí-la, no que se refere ao planejamento das contratações, à elaboração do Estudo Técnico Preliminar e à instrução dos processos de contratação no âmbito da Administração Pública Federal.

3.6. Demais legislações, decretos, instruções normativas e orientações expedidas pelos órgãos centrais do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, do Sistema de Administração dos Serviços Gerais – SISG, bem como entendimentos dos órgãos de controle, que sejam aplicáveis à matéria e vigentes à época da contratação.

4. Objeto da Contratação

4.1. O objeto da presente contratação consiste na **prestação de serviços especializados de organização, coordenação e apoio a eventos institucionais**, a serem realizados no âmbito da Superintendência de Seguros Privados – Susep, abrangendo o planejamento, a execução e o suporte logístico necessários à realização de reuniões, capacitações, seminários, workshops, solenidades e demais eventos de interesse institucional.

4.2. Os serviços a serem contratados deverão contemplar, conforme a demanda da Administração, o fornecimento de infraestrutura, materiais, equipamentos, mão de obra especializada e demais serviços correlatos indispensáveis à adequada realização dos eventos, observados os padrões de qualidade, eficiência e conformidade técnica estabelecidos pela Administração.

4.3. A contratação buscará assegurar condições adequadas para o atendimento das necessidades institucionais da Susep, nas **unidades do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo**, permitindo a realização de eventos de forma organizada, eficiente e padronizada, em conformidade com os normativos vigentes e com os princípios que regem a Administração Pública.

5. Descrição da necessidade

5.1. A presente contratação visa atender às necessidades institucionais da Superintendência de Seguros Privados – Susep relacionadas à realização de eventos institucionais, reuniões técnicas, capacitações, solenidades e demais atividades oficiais que demandem infraestrutura adequada para recepção de público interno e externo.

5.2. Ressaltase que **Brasília passou a ser a sede administrativa da Susep**, o que ocasionou **incremento significativo na realização de eventos institucionais**, especialmente aqueles de caráter nacional, interinstitucional e estratégico. Tal mudança ampliou a necessidade de serviços especializados de organização e apoio a eventos, com vistas a assegurar eficiência, padronização e adequado suporte logístico às atividades da Autarquia.

5.3. Adicionalmente, registrase que **os quantitativos previstos na Ata de Registro de Preços atualmente vigente encontramse esgotados**, não sendo mais possível atender às demandas da Administração por meio do instrumento existente. Dessa forma, evidenciase a necessidade de nova contratação para garantir a continuidade administrativa, evitando prejuízos às atividades finalísticas e institucionais da Susep

5.4. Registra-se que, não obstante a existência de Ata de Registro de Preços vigente com objeto similar, é juridicamente possível a instauração de nova ata quando os quantitativos registrados se encontram esgotados ou insuficientes para atender às necessidades da Administração, uma vez que a ata possui natureza vinculativa apenas quanto aos preços e condições para futuras contratações, não gerando obrigação de contratar nem impedimento à realização de novo procedimento licitatório.

5.5. Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021, ao disciplinar o Sistema de Registro de Preços, admite a coexistência de atas em hipóteses justificadas, especialmente quando o quantitativo registrado for inferior à demanda efetiva, cabendo à Administração adotar as medidas necessárias para garantir a continuidade do serviço público e a adequada satisfação de suas necessidades institucionais.

5.6. A presente contratação revela-se **necessária e adequada** para assegurar a realização eficiente, planejada e tempestiva de eventos institucionais, técnicos e educacionais promovidos pela SUSEP, os quais são essenciais ao cumprimento de suas atribuições legais de regulação, supervisão, orientação e disseminação de conhecimento nos mercados de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros.

5.7. A necessidade decorre do fato de que os eventos demandados pela Autarquia **não possuem caráter contínuo ou regular**, sendo condicionados a demandas concretas das unidades organizacionais, projetos institucionais, agendas regulatórias específicas e iniciativas de capacitação e transparência administrativa.

5.8. Nesse contexto, a estrutura interna da SUSEP não detém os meios operacionais, humanos e logísticos necessários para a execução direta dessas atividades, o que justifica a contratação de serviços especializados **sob demanda**, como forma de garantir eficiência e racionalidade administrativa.

5.9. A solução proposta observa o **princípio da legalidade**, por estar amparada na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável; a **impessoalidade e a igualdade**, ao prever procedimento licitatório com ampla competitividade e critérios objetivos; e a **moralidade e a probidade administrativa**, ao restringir o objeto a itens estritamente necessários à realização de eventos institucionais, vedadas despesas alheias ao interesse público.

5.10. Sob a perspectiva da **eficiência, economicidade e planejamento**, a contratação no formato proposto permite atender às necessidades institucionais de forma flexível, evitando contratações fragmentadas, improvisadas ou antecipadas sem demanda confirmada, bem como assegura o melhor aproveitamento dos recursos públicos, com previsibilidade de preços e controle da execução. A solução também promove a **celeridade e a eficácia**, ao possibilitar pronta resposta às demandas das unidades, sem prejuízo da qualidade técnica dos serviços prestados.

5.11. A contratação atende, ainda, aos princípios da **motivação, razoabilidade e proporcionalidade**, uma vez que os quantitativos estimados e os serviços previstos guardam correspondência direta com a realidade institucional da SUSEP e com experiências anteriores, não refletindo excessos ou subdimensionamentos.

5.12. Por fim, observa-se o princípio do **desenvolvimento nacional sustentável**, ao incorporar critérios de sustentabilidade, quando aplicáveis, e ao estimular o funcionamento regular do mercado fornecedor, em consonância com as diretrizes legais e administrativas vigentes.

5.13. Dessa forma, devidamente demonstrada a necessidade da contratação, conclui-se que a solução adotada é **legítima, necessária e alinhada ao interesse público**, permitindo à SUSEP desempenhar suas competências institucionais de maneira planejada, eficiente, transparente e compatível com os princípios que regem a Administração Pública.

6. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Escritório de Representação da Susep no Rio de Janeiro – ERSRJ	João Luís Nascimento Vieira
Escritório de Representação da Susep no Rio de Janeiro – ERSRJ	Michel Demitrov

7. Descrição dos Requisitos da Contratação

7.1. É responsabilidade da **CONTRATADA** providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, alimentos, equipamentos, mão de obra, fretes, embalagens, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços.

7.2. A empresa contratada deve possuir infraestrutura e pessoal técnico especializado compatíveis com o objetivo da contratação e os benefícios pretendidos em termos de sua eficácia, eficiência, economicidade e efetividade.

7.2.1. Natureza dos Serviços

7.2.1.1. Trata-se de serviço especializado de natureza **comum**, pois é possível estabelecer, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, de modo que é possível a decisão entre os serviços ofertados pelos participantes com base no menor preço.

7.2.2. Enquadramento do Objeto

7.2.2.1. A modalidade de licitação adotada será o pregão, com fundamento no art. 6º, inciso XLI da Lei nº 14.133 de 2021.

7.2.2.2. De acordo com o dispositivo citado no item anterior, o pregão é uma modalidade de licitação obrigatória para aquisição serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o **MENOR VALOR GLOBAL**.

7.2.3. Sustentabilidade

7.2.3.1. A **CONTRATADA** deverá observar, no que couber, as diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, bem como demais normativos vigentes aplicáveis à Administração Pública Federal.

7.2.3.2. A CONTRATADA deverá adotar práticas de gestão ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados durante a execução dos serviços, promovendo, sempre que aplicável, a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, em conformidade com a Instrução Normativa MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, e com o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

7.2.3.3. A CONTRATADA deverá observar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, especialmente aquelas relacionadas ao manejo, acondicionamento e destinação de resíduos sólidos, quando aplicáveis à prestação dos serviços.

7.2.3.4. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados equipamentos de proteção individual e coletiva adequados, em conformidade com as normas de segurança e saúde no trabalho, visando à prevenção de riscos ocupacionais durante a execução dos serviços.

7.2.3.5. Nos serviços que envolvam manipulação, preparo, fornecimento ou distribuição de alimentos, a CONTRATADA deverá cumprir a Resolução RDC ANVISA nº 216, de 2004, alterada pela RDC nº 52, de 2014, bem como a legislação sanitária vigente dos entes federativos competentes e demais normas aplicáveis.

7.2.3.6. A execução dos serviços deverá pautar-se pelo uso racional de recursos naturais, materiais e equipamentos, de forma a minimizar desperdícios, reduzir o consumo de insumos e prevenir a geração excessiva de resíduos, em alinhamento às diretrizes de responsabilidade socioambiental adotadas pelo CONTRATANTE.

7.2.3.7. Os materiais, insumos e equipamentos empregados pela CONTRATADA deverão priorizar a melhor relação entre custo e benefício, considerando-se, sempre que possível, os impactos ambientais associados ao seu ciclo de vida, incluindo aspectos como durabilidade, reciclabilidade e redução de impactos negativos ao meio ambiente.

7.2.4. Garantia da Contratação

7.2.4.1. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.2.5. Proposta, Prazos e Condições de Execução e Entrega

7.2.5.1. A contratação dos serviços de promoção de eventos deverá observar as condições, especificações e responsabilidades estabelecidas pela Contratante, de forma a assegurar a plena execução das atividades previstas.

7.2.5.2. A empresa contratada será responsável pelo planejamento, organização e execução de todas as etapas inerentes aos serviços, devendo apresentar proposta detalhada contendo descrição técnica, valores unitários, prazos, metodologia de execução e demais informações necessárias ao perfeito entendimento do objeto.

7.2.5.3. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro dos prazos, horários e datas previamente definidos pela Contratante, observando-se as necessidades específicas de cada evento.

7.2.5.4. A Contratada deverá garantir estrutura, equipe e logística suficientes para assegurar a entrega dentro dos parâmetros de qualidade exigidos, bem como atender a eventuais ajustes demandados pela Contratante no cronograma, desde que previamente acordados entre as partes.

7.2.5.5. A apresentação da proposta deverá contemplar todos os custos envolvidos na prestação dos serviços. Os preços ofertados incluirão despesas diretas e indiretas, tais como salários, encargos sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários, além de indenizações e quaisquer outras obrigações legais devidas aos empregados ou prepostos da contratada.

7.2.5.6. Deverão estar igualmente incluídos os gastos com deslocamento e alimentação do pessoal, transporte e movimentação de equipamentos e materiais, fretes, seguros, garantias e quaisquer outros custos necessários à perfeita execução do contrato, não sendo admitida cobrança adicional à Contratante.

7.2.5.7. A Contratada será responsável por garantir a plena operacionalização das atividades, disponibilizando recursos humanos e materiais adequados, assegurando o cumprimento das normas de segurança, a integridade dos equipamentos utilizados e a qualidade de todos os serviços prestados.

7.2.5.8. Caberá ainda à Contratada observar rigorosamente as orientações emitidas pela Contratante, bem como adotar as providências necessárias para correção imediata de eventuais falhas ou inadequações identificadas durante a execução.

7.3. A descrição detalhada dos itens que compõem o objeto da contratação encontra-se prevista no **ANEXO I** deste instrumento, o qual integra o presente Estudo Técnico Preliminar para todos os fins.

8. Levantamento de Mercado

8.1. O levantamento de mercado constitui etapa essencial do presente Estudo Técnico Preliminar, pois permite identificar as práticas adotadas no mercado e na Administração Pública, bem como avaliar soluções disponíveis, modelos de contratação, formas de fornecimento e unitização dos serviços.

8.2. A partir dessa análise, verificou-se que, em razão da natureza do serviço de promoção de eventos, as contratações de empresas especializadas ocorrem de forma semelhante em diversos órgãos e entidades, sendo as solicitações ajustadas conforme a estimativa de público de cada evento, com a unidade de fornecimento usualmente definida por pessoa participante.

8.3. Registra-se que os subsídios obtidos no levantamento de mercado evidenciam que a contratação integrada, por meio de um único instrumento contratual, favorece a economicidade e a eficiência administrativa. Isso porque contratações isoladas para cada evento tendem a resultar em maior dispêndio financeiro, fragmentação da gestão contratual e perdas de escala. Em contrapartida, a contratação por demanda, conforme a necessidade ao longo da vigência do contrato, contribui para a redução de custos, a padronização da qualidade dos produtos e serviços, bem como para a simplificação das atividades de gestão e fiscalização.

8.4. Com base nas práticas observadas no mercado e nas experiências de contratações análogas na Administração Pública, identificou-se o **Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços**, como a modalidade mais adequada. Tal escolha decorre do fato de se tratar de necessidades contínuas e recorrentes, porém não diárias, cuja quantidade exata não é possível prever previamente, característica comum em serviços vinculados à realização de eventos institucionais.

8.5. Ademais, a adoção do Sistema de Registro de Preços, originado de Pregão Eletrônico, mostra-se particularmente vantajosa à Administração Pública, conforme demonstrado no levantamento de mercado, por possibilitar a **facultatividade da contratação**. Essa característica assegura à Administração a discricionariedade para contratar apenas quando houver efetiva necessidade, permitindo maior flexibilidade no planejamento orçamentário e na execução das despesas, em consonância com a disponibilidade de recursos financeiros.

8.6. Nesse sentido, o levantamento de mercado reforça a adequação do uso do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual, futura e variável, típica de eventos institucionais. O registro possibilita que os serviços sejam acionados estritamente conforme a necessidade, contribuindo para a racionalização do gasto público, uma vez que os recursos financeiros são empregados exclusivamente para o atendimento imediato da demanda efetivamente realizada.

8.7. Por fim, a partir das consultas realizadas no Portal Nacional de Compras Públicas e no Compras.Gov, foi possível identificar fornecedores atuantes no mercado e verificar valores praticados em contratações similares, os quais serviram como referência para a análise de viabilidade da contratação e para a definição do modelo adotado, conferindo maior segurança técnica, transparência e aderência às condições reais de mercado.

9. Descrição da solução como um todo

9.1. A presente contratação tem por objetivo prover recursos técnicos, materiais e humanos necessários ao atendimento de demandas em eventos a serem realizados pela Susep, visando o cumprimento de sua respectiva competência e missão institucional.

9.2. O serviço será distribuído em **grupos** para melhor definição e descrição de cada tipo de serviço. O critério de julgamento do processo licitatório será pelo **Menor Valor Global**.

9.3. Os serviços a serem contemplados no registro de preços, organizados por grupos, encontram-se discriminados no **ANEXO II** deste Estudo Técnico Preliminar.

10. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

10.1. No presente caso, a SUSEP deverá realizar licitação, na modalidade **Pregão**, em sua forma eletrônica, para a contratação dos serviços mediante a utilização do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos do art. 3º, incisos I e V, do **Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023**, que regulamenta os arts. 82 a 86 da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que dispõe sobre o sistema de registro

de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, uma vez que se fazem necessárias contratações para atender às demandas da SUSEP.

"Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

[...]

V – quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração."

10.2. Acrescenta-se que os serviços a serem contratados são indispensáveis à adequada execução dos projetos institucionais, devendo contemplar, de forma integrada, o apoio logístico necessário à realização dos eventos, incluindo atividades de montagem, desmontagem e manutenção de toda a infraestrutura demandada.

10.3. Para fins de planejamento, estima-se a realização de até **50 (cinquenta) eventos** ao longo de **12 (doze) meses**, com público estimado de até **500 (quinhentas) pessoas por evento**, distribuídos da seguinte forma: **15 (quinze) eventos no Rio de Janeiro, 15 (quinze) em São Paulo, 20 (vinte) em Brasília**. Ressalta-se que tais quantitativos possuem caráter **estimativo**, podendo variar conforme a necessidade administrativa, não gerando obrigatoriedade de contratação.

10.4. As **estimativas detalhadas de quantitativos**, bem como a **relação dos itens a serem registrados**, encontram-se devidamente discriminadas no **ANEXO II** deste Estudo Técnico Preliminar, os quais consolidam as projeções de consumo com base no histórico de eventos e nas necessidades institucionais.

10.5. A referida planilha foi elaborada a partir da **organização sistemática dos serviços por grupos**, considerando: (i) a **tipologia dos serviços** necessários à promoção de eventos institucionais; (ii) a **localidade de execução** (Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Brasília/DF); e (iii) a **quantidade estimada de diárias, unidades ou participantes**, compatível com a projeção de demandas institucionais ao longo de 12 (doze) meses.

10.5. A contratação será estruturada **por grupos**, de forma a reunir itens correlatos e compatíveis entre si, visando à obtenção de maior eficiência operacional, melhor gerenciamento da execução contratual e ampliação da competitividade do certame, sem prejuízo à economicidade e à adequada prestação dos serviços.

11. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.682.116,13

11.1. A pesquisa de preços consiste em um procedimento prévio à licitação que tem como objetivo principal determinar o custo estimado da contratação pretendida, isso é, aferir o valor de mercado de determinado bem ou serviço. Para tanto, utiliza-se da coleta de dados por amostragem com posterior tratamento.

11.2. Segundo o **Caderno de Logística "Pesquisa de Preços"**, publicado em **março de 2024**, a pesquisa de preços guarda estreita relação com o **princípio da economicidade**, atualmente expressamente previsto entre os princípios que regem as licitações e os contratos administrativos. Trata-se de instrumento essencial para assegurar que a Administração Pública realize contratações por **valores justos e compatíveis com os praticados no mercado**, mitigando riscos de sobrepreço ou inexecutabilidade. Ademais, a pesquisa de preços subsidia de forma qualificada a **tomada de decisão do agente público** nas diversas fases e hipóteses de contratação previstas na **Lei nº 14.133, de 2021**, conferindo maior segurança técnica, transparência e eficiência ao processo decisório.

11.3. Além disso, o citado documento informa que os sistemas de governo são considerados a melhor fonte para pesquisa de preços, devendo ter precedência em relação aos demais. De igual modo, a Lei nº 14.133, de 2021, também orienta que o valor estimado da contratação considere os preços constantes no banco de dados públicos, sendo que a IN nº 65, de 2021, determina que sejam priorizados.

Lei nº 14.133/2021

"Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto."

Nos termos do art. 5º, da IN 65, de 7 de julho de 2021, a pesquisa de preços se dará da seguinte forma:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos."

11.4. Sendo assim, para embasar de forma precisa o valor estimado a ser licitado, realizou-se pesquisa de preços mediante a utilização de sistemas oficiais de governo (Compras.Gov) e consultas no Portal Nacional de Compras Públicas, conforme informações apresentadas no **ANEXO II** deste documento, obtendo-se o valor estimado de **R\$ 1.682.116,13 (um milhão, seiscentos e oitenta e dois mil, cento e dezesseis reais e treze centavos)**.

12. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

12.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a eficiência, a economicidade e o planejamento constituem princípios estruturantes das contratações públicas, impondo à Administração o dever de buscar a solução mais vantajosa, com adequada utilização dos recursos disponíveis. Nesse contexto, a decisão quanto ao parcelamento ou à forma de agrupamento do objeto deve ser precedida de análise técnica criteriosa, considerando a natureza dos serviços, a estrutura do mercado fornecedor e os impactos na gestão e na execução contratual.

12.2. No caso em questão, optou-se pela divisão em **GRUPOS**, uma vez que se torna inviável a contratação de uma única empresa para atender as necessidades da Susep em todas as suas localidades.

12.3. O agrupamento do objeto da licitação em grupos distintos foi adotado observando-se os parâmetros estabelecidos no art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o entendimento consolidado na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, segundo os quais o parcelamento é a regra, sendo admissível o agrupamento quando devidamente justificado e quando não houver prejuízo à competitividade.

12.4. No caso concreto, o objeto foi estruturado em grupos definidos por localidade de execução (Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP e Brasília/DF) e por tipologia e especificidade dos serviços e materiais contemplados (infraestrutura física, recursos humanos, serviços técnicos e tecnológicos, serviços de alimentação, ornamentação, sinalização e material gráfico), conforme demonstrado na planilha de custos e memória de cálculo constantes dos autos.

12.5. Tal modelagem decorre das seguintes razões técnicas e operacionais:

- Racionalidade logística e operacional:

A execução dos serviços de promoção de eventos exige forte integração logística entre os itens agrupados, sobretudo quando vinculados a uma mesma localidade. A contratação conjunta de serviços relacionados ao mesmo evento e local reduz riscos de incompatibilidade operacional, atrasos na execução, conflitos de cronograma e dificuldades de coordenação entre múltiplos fornecedores.

- Eficiência na gestão e fiscalização contratual:

O agrupamento por localidade e por escopo homogêneo de serviços possibilita maior controle da execução, simplifica a gestão contratual e a fiscalização, reduzindo custos administrativos e mitigando riscos operacionais, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

- Preservação da competitividade:

O agrupamento adotado não reúne itens de naturezas incompatíveis, nem combina serviços alheios entre si ou normalmente prestados por mercados totalmente distintos. Ao contrário, os grupos refletem conjuntos de serviços usualmente ofertados por empresas especializadas em promoção de eventos, não havendo restrição indevida à competição nem direcionamento do certame.

- Adequação à natureza do objeto:

A realização de eventos demanda soluções integradas, compostas por infraestrutura, apoio técnico, recursos humanos e serviços correlatos, cuja contratação de forma fragmentada poderia comprometer o resultado final, gerar sobreposição de responsabilidades e aumentar o risco de execução inadequada.

- Conformidade com o art. 40, §3º, da Lei nº 14.133/2021:

O agrupamento foi adotado por se revelar mais vantajoso para a Administração, considerando a economia de escala operacional, a redução de custos de gestão e a maior segurança na execução do objeto, sem prejuízo da ampla competição.

- Observância à Súmula nº 247 do TCU:

Embora o parcelamento seja a regra, o agrupamento encontra-se devidamente justificado por razões técnicas, econômicas e operacionais, não se baseando em critérios meramente gerenciais ou genéricos, mas em análise concreta das características do objeto e da forma mais eficiente de atendê-lo.

13. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

13.1. Não há o que se falar em contratações correlatas e/ou interdependentes no que tange ao presente objeto da contratação.

14. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

14.1. A contratação dos serviços de organização e promoção de eventos constitui instrumento estratégico de apoio às ações institucionais da SUSEP, contribuindo para a consolidação de um modelo de governança que promove a integração entre áreas, estimula a inovação e fortalece o desenvolvimento institucional. Nesse sentido, a contratação encontra-se alinhada aos objetivos e diretrizes estabelecidos no Planejamento Estratégico da Autarquia, ao viabilizar a realização de iniciativas voltadas à disseminação do conhecimento, ao aperfeiçoamento da atuação regulatória e ao fortalecimento da governança pública.

14.2. Por meio da contratação especializada para a realização de eventos institucionais, a SUSEP potencializa ações de **transparência e comunicação institucional**, assegurando a ampla divulgação de seus objetivos, projetos, normativos e resultados à sociedade, aos entes regulados e aos demais stakeholders. Tais ações reforçam o compromisso da Autarquia com a prestação de contas, o acesso à informação e o fortalecimento da confiança pública, em consonância com os princípios da administração pública e com as diretrizes estratégicas institucionais.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

15.1. A presente contratação tem por objetivo assegurar o fornecimento dos itens previstos neste instrumento ao **menor preço**, observadas as **especificações técnicas e os padrões de qualidade exigidos**, de modo a atender de forma eficiente, tempestiva e adequada às necessidades da SUSEP no tocante à realização de eventos institucionais.

15.2. Dentre os benefícios diretos e indiretos decorrentes da contratação, destacam-se:

15.2.1. Obtenção de **melhor relação custo-benefício** na promoção de eventos institucionais, mediante a contratação de empresa especializada, assegurando qualidade na execução dos serviços e preços compatíveis com os praticados no mercado;

15.2.2. **Padronização e uniformização dos procedimentos operacionais** relacionados à organização e à realização de eventos, contribuindo para maior previsibilidade, controle da execução contratual e melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados;

15.2.3. Disponibilização de **suporte logístico e operacional completo**, abrangendo as atividades necessárias à montagem, desmontagem e manutenção da infraestrutura dos eventos, reduzindo a dependência de recursos internos e eliminando a necessidade de aquisição, armazenamento e manutenção de materiais e equipamentos de uso eventual;

15.2.4. **Otimização da gestão administrativa**, com redução do esforço operacional das unidades demandantes e maior foco nas atividades finalísticas da Autarquia;

16. Providências a serem Adotadas

16.1. O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justifiquem a necessidade de capacitação específica para os servidores que irão atuar no contrato.

16.2. Não serão necessárias providências adicionais por parte desta equipe de planejamento no que concerne à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos.

17. Possíveis Impactos Ambientais

17.1. Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços para minimizar os riscos nocivos à saúde, na forma do art. 5º e 6º da IN 01 da SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, utilizando-se de medidas tais quais:

17.1.1. Descarte adequado de lixo;

17.1.2. Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água e lixo;

17.1.3. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água, energia e lixo;

17.1.4. Acondicionar os materiais/insumos em embalagens compostas se possível por materiais recicláveis ou reutilizáveis;

17.1.5. Preferir equipamentos de menor produção de ruído;

17.1.6. Não descartar produtos químicos em local inadequado.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas no âmbito deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela **viabilidade técnica, operacional, econômica e administrativa** da contratação de empresa especializada na **promoção, organização, planejamento e execução de eventos institucionais**.

A demanda apresentada decorre da necessidade de realização de eventos, os quais são essenciais para o cumprimento das competências legais do órgão, bem como para a divulgação de ações, capacitação de públicos estratégicos, fortalecimento da imagem institucional e atendimento ao interesse público.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO LUIS NASCIMENTO VIEIRA

Integrante Administrativo Titular



Assinou eletronicamente em 08/04/2026 às 16:13:11.

MICHEL DEMITROV

Integrante Administrativo Substituto



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 15:53:41.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I_ESPECIFICAÇÕES_PROMOÇÃO DE EVENTOS.pdf (1.28 MB)
- Anexo II - ANEXO II_PLANILHA CUSTOS EVENTOS SUSEP.xlsx (41.93 KB)